

O ADVOGADO E A DEFESA CRIMINAL

Arnaldo Malheiros Filho

Um dos conceituados advogados brasileiros, o ex-presidente do IAB Dr. Calheiros Bomfim, publicou artigo na Folha do IAB, centrado na afirmação de que “age com incorreção o profissional que defende crimes que afetam a coletividade e a economia do país, tais como apropriação e desvio de bens públicos, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas”. Por bem intencionado que seja o ilustre colega, incidiu num equívoco de grandes proporções, que pode trazer consequências graves, dado o prestígio do articulista.

Todo e qualquer crime afeta a coletividade. Aliás é essa vulnerabilidade social ao delito a única justificativa para que se abra exceção à regra de que “toda pessoa tem direito à liberdade”, que está no pórtico da declaração de direitos de nossa Constituição. Por outro lado, toda e qualquer acusação de crime exige que seja exercida não só a defesa, pois a Lei Maior quer “ampla defesa”.

O processo é dialético, contraditório. Há um órgão que acusa – em regra o Ministério Público – e a defesa se exerce através do advogado. O juiz é o único com o poder de julgar. Ele é quem faz a leitura daquela balancinha que a Têmis segura em uma das mãos, vendo para que lado o ponteiro se inclina.

Para aferir a balança, porém, é mister que – antes dos fatos que se colocarão em cada prato – eles estejam perfeitamente equilibrados. No prato da acusação está toda a força do aparelho repressivo estatal: Polícia, Ministério Público, inquérito, perícias, grampos etc. Que força pode ter o indivíduo em seu prato?

O que vai equilibrar a balança é a atuação firme e completa do advogado, sem peias ou restrições mentais. O advogado criminal torna possível a realização da Justiça porque ele exerce com determinação e vigor a defesa do acusado, seja ele quem for, seja qual for a acusação. Seu dever vem expresso no art. 21 do Código de Ética: “É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado”. O advogado que se mete a julgador, além de estar usurpando função pública que só pertence ao Poder Judiciário, viola dever ético expresso.

Não pode o advogado auxiliar o acusado a fazer aquilo a que ele não tem direito, como surrupiar peça dos autos, subornar testemunhas, falsificar provas. Mas o profissional tem obrigação de orientar o constituinte sobre todos, todos os seus direitos, inclusive o de mentir para não se incriminar.

Quanto mais grave a acusação, maior o empenho e dedicação que se exige do advogado para alcançar a ampla defesa que o Estado de Direito exige. Sem ampla defesa jamais haverá Justiça, portanto o compromisso do advogado criminal é com o exercício pleno da defesa, com todos os recursos que não sejam proibidos, que é a parte que lhe toca na construção desse ideal.

Diferente disso, só se mudarem a Constituição e, ao lado dos crimes imprescritíveis e inanistiáveis, criassem também os “crimes inabsolvíveis”, aqueles que, de tão graves, não permitem jamais a absolvição. Então o advogado será totalmente supérfluo...

Advogado criminal e presidente do conselho deliberativo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa.

*** O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB**